GUANHÃES ENERGIA

PCH Senhora do Porto S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado
CNPJ nº 18.471.070/0001-93
Ipatinga - MG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2016	2015
Aplicação financeira tributada (a)	3.587	1.766
Outras Receitas financeiras	2.216	340
Base de cálculo	5.803	2.106
IRPJ - 15%	870	315
Adicional IRPJ - 10%	550	187
CSLL - 9%	522	190
Imposto de renda e contribuição social	1.943	692

a) O cálculo do imposto de renda para rendimentos de aplicações financeiras ocorre pelo regime de caixa.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos aos valores de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e empréstimos e financiamentos, outros créditos e fornecedores, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime contábil de competência. Estes valores encontram-se atualizados até a data do balanço e representam os valores a receber ou a pagar naquelas datas.

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos financeiros:

		31.12.2016		31.12.2015	
ATIVO	Notas	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	4	296	296	4	4
Títulos e valores mobiliários..	5	1.826	1.826	31.722	31.722
Emprestimos a receber	14	21.576	21.576	–	–
Total		**23.698**	**23.698**	**31.726**	**31.726**
PASSIVO					
Fornecedores	7	1.247	1.247	578	578
Financiamentos	8	49.342	49.342	50.146	50.146
Total		**50.589**	**50.589**	**50.724**	**50.724**

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Caixa e equivalentes de caixa
  As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários são classificadas como "empréstimos e recebíveis".
- Títulos e valores mobiliários
  São classificados como "empréstimos e recebíveis" e mensurados pelo "método do custo amortizado".
- Empréstimos a receber
  São classificados como "empréstimos e recebíveis" e mensurados pelo "método do custo amortizado".
- Outros créditos
  Outros créditos, classificados como "empréstimos e recebíveis", são mensurados a custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridos até a data do balanço ou sujeitos a provisão para perdas, quando aplicável.
- Fornecedores
  Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridos até a data do balanço.
  Estes saldos estão classificados como outros passivos financeiros e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não diverge significativamente do valor justo.
- Empréstimos e financiamentos
  São mensurados pelo "método do custo amortizado" e classificados como "outros passivos financeiros".

a) Instrumentos Financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2016:

		31.12.2016		31.12.2015	
ATIVO	Notas	Empréstimos e recebíveis	Total	Empréstimos e recebíveis	Total
Caixa e equivalentes de caixa	4	296	296	4	4
Títulos e valores mobiliários	5	1.826	1.826	31.722	31.722
Emprestimos a receber.	14	21.576	21.576	–	–
Total		**23.698**	**23.698**	**31.726**	**31.726**

		31.12.2016		31.12.2015	
PASSIVO	Notas	Empréstimos e outros passivos	Total	Empréstimos e outros passivos	Total
Fornecedores	7	1.247	1.247	578	578
Empréstimos e financiamentos	8	49.342	49.342	50.146	50.146
Total		**50.589**	**50.589**	**50.724**	**50.724**

b) Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo.

Composição das aplicações financeiras e dívidas atreladas à taxa de juros variável:

	SENHORA DO PORTO					
	31.12.2016			31.12.2015		
	R$	% da Aplicação	% da Dívida	R$	% da Aplicação	% da Dívida
TJLP	49.342	–	100%	50.146	–	100%
TJLP	21.576	92%		–	–	–
DI	1.826	8%	–	31.722	100%	–
Total	**72.744**	**100%**	**100%**	**81.868**	**100%**	**100%**

- Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos financiamentos, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. No período apresentado não foram contratados derivativos.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações da TJLP e do CDI, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro. A metodologia utilizada para o "Cenário Provável" considerou a melhor estimativa para 31 de dezembro de 2016. Por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2016. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e aplicações financeiras respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da CETIP e BNDES em 16 de março de 2017.

Risco de elevação (saldos passivos) e redução (saldos ativos) das Taxas de Juros (saldos em aberto em 31 de dezembro de 2016):

		R$ mil		
Operação	Risco	Provável Cenário (I)	Cenário (II)+25%	Cenário (III)+50%
ATIVOS FINANCEIROS		**1.867**	**1.400**	**934**
Aplicações Financeiras	CDI	249	187	124
Emprestimos a receber	TJLP	1.618	1.214	809
PASSIVOS FINANCEIROS		**(3.701)**	**(4.626)**	**(5.551)**
Financiamentos - BNDES	TJLP	(3.701)	(4.626)	(5.551)
TOTAL		**(1.834)**	**(3.226)**	**(4.617)**
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
TJLP (% fim do exercício)		7,50%	9,38%	11,25%
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			-25%	-50%
CDI (% fim do exercício)		13,63%	10,22%	6,82%
TJLP (% fim do exercício)		7,50%	5,63%	3,75%

- Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanente as posições em aberto.

Apresentamos anteriormente, um quadro resumo dos instrumentos financeiros por categoria, cuja informação contempla o risco de crédito máximo da Companhia.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados são apresentados na Nota explicativa nº 7.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (inclui juros futuros):

Instrumentos Financeiros Consolidados	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Financiamentos	1.988	5.947	36.450	43.619	88.003
Fornecedores	1.247	–	–	–	1.247

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Segue resumo das transações com partes relacionadas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2056:

a) Contrato Power Purchase Agreement (PPA) - Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da PCH Senhora do Porto com a Cemig GT
- Grupos do balanço: Receita x Clientes
- Vínculo: Cemig GT (Participa do grupo controlador)
- Valor original: R$15.963
- Condições contratuais: Preço negociado entre as partes conforme contrato
- Período de vigência: jan/2016 a dez/2017, conforme 3º termo aditivo do contrato PPA, formalizado entre a PCH Senhora do Porto e Cemig-GT, o término do contrato de fornecimento da energia elétrica foi antecipado de maio/2030 para dez/2017, devido a participação da PCH Senhora do Porto no leilão nº 04/2015, promovido pela Aneel, que a PCH se sagrou vencedora do certame, com início do suprimento da energia para janeiro de 2018.
- Condições de rescisão ou término: 30% em caso de rescisão imotivada, podendo ser extinto sem multa por acordo entre as partes. Foi encaminhada para a Cemig-GT a carta GNE nº 163/2016, que a PCH Senhora do Porto propôs a rescisão do atual contrato, de comum acordo e sem ônus entre as partes. Aguarda-se uma resposta favorável da Cemig-GT para a resilição do contrato.
- Saldo remanescente: R$15.963.

b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição da PCH Senhora do Porto com a Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)
- Grupos do balanço: Custo x Fornecedor
- Vínculo: Cemig D (Entidade ligada ao grupo controlador)
- Valor original: R$ 2.056
- Período de vigência: mai/2014 a mai/2019
- Condições contratuais: Preço negociado entre as partes
- Saldo remanescente: R$ 1.763

c) Contrato de Conexão (CCD) - Contrato de Compromisso de Conexão ao Sistema de Distribuição da PCH - Senhora do Porto com a Cemig D
- Grupos do balanço: Custo x Fornecedor
- Vínculo: Cemig D (Entidade ligada ao grupo controlador)
- Período de vigência: mai/2014 a mai/2019
- Condições contratuais: Serviço compulsório da distribuidora

A Companhia realizou a cessão de quatro mútuos a Guanhães Energia nos seguintes valores:
- R$22.000 em 04 de janeiro de 2016;
- R$2.650 em 01 de abril de 2016;
- R$800 em 15 de junho de 2016 e
- R$50 em 26 de setembro de 2016.

Os contratos têm vencimento para 31 de março de 2017, para os valores de R$22.000, R$800 e 30 de julho de 2017, para R$50.

Dos montantes cedidos, já foram quitados R$5.718 do principal, mais R$422 a título de juros, restando ainda R$19.782 do principal e R$1.794 de juros a pagar.

Sobre o valor cedido incidirá uma taxa de 1,96% ao ano acima da taxa de juros de longo prazo e TJLP, divulgada pelo banco central. Essas transações são realizadas em condições especificas entre as partes.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINSTRADORES

Todos os administradores renunciaram a percepção de remuneração anual do exercício apresentado nessa demonstração financeira.

15. PREJUÍZO POR AÇÃO

A tabela a seguir concilia o prejuízo líquido do exercício com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	31.12.2016	31.12.2015
NUMERADOR		
Prejuízo do exercício	(28.616)	(7.837)
DENOMINADOR		
Média ponderada do número de ações ordinárias	73.052.530	71.242.790
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÕES ORDINÁRIAS EM REAIS	**(0,39)**	**(0,11)**

No exercício de 2016 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído.

16. COBERTURA DE SEGUROS

Seguros Tomados

Atendendo à legislação vigente, a PCH Senhora do Porto contratou Seguro Garantia de Fiel Cumprimento, tendo a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL como beneficiária, quando da obtenção da outorga de exploração.

Posteriormente, para a participação da PCH Senhora do Porto no Leilão ANEEL nº 04/2015 (Leilão A-3), foi necessário o aporte de um novo Seguro Garantia para participação no leilão.

Como a PCH Senhora do Porto se sagrou vencedora no leilão, foi necessário o aportar um novo Seguro Garantia de Fiel Cumprimento, considerando como beneficiária a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Após o aceite deste seguro pela CCEE, o Seguro de Participação do Leilão e o Seguro Fiel Cumprimento aportados inicialmente à ANEEL foram liberadas, permanecendo assim somente um Seguro Garantia de Fiel Cumprimento.

Seguros CCPG

Conforme estabelecido no contrato de EPC, era de responsabilidade do Consórcio Construtor PCHs Guanhães – CCPG a contratação de diversos seguros, devendo englobar seguro de vida e acidentes pessoais a fim de proteger o seu pessoal alocado nas obras, bem como assegurar que todos os empregados de subcontratados que executem atividades no local de implantação estejam devidamente segurados. Além disso, o seguro também deveria englobar cobertura de transporte, riscos de engenharia e de responsabilidade civil até o encerramento da construção do empreendimento. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Maiores detalhes sobre os desdobramentos da rescisão e a consequente abertura de sinistro dos seguros estão descritos conforme Nota explicativa nº 21.

Seguem abaixo os seguros vigentes em de 2016:

Sítio	Seguro	Seguradora Atual	Início da Vigência Apólice Atual	Fim da Vigência	R$ (mil) Valor Coberto	Apólice Vigente
PCH Senhora do Porto	Seguro Garantia – Fiel Cumprimento (Operação)	Austral	04/04/2016	04/05/2018	1.375,59	024612015000107760002495
PCH Senhora do Porto	Seguro Garantia – Fiel Cumprimento (Operação)	Fairfax	04/04/2016	04/05/2018	2.509,12	1007600000991
Projeto	Seguro de Responsabilidade Civil Geral	Zurich	08/05/2015	20/04/2018	16.972,05	03519186684
PCH Senhora do Porto	Seguro de Riscos de Engenharia – Manutenção Ampla	Zurich	04/01/2016	04/01/2018	79.895,94	03679186145
PCH Senhora do Porto	Seguro Garantia Fiel Cumprimento Leilão A-3	J. Malucelli	07/12/2015	29/06/2018	2.040,45	04-0775-0228491

O seguro garantia de "Fiel Cumprimento e Pagamento Antecipado" das seguradoras Austral e Fairfax, o seguro de "Riscos de Engenharia – Básicas e Adicionais" da seguradora Zurich, que atualmente se encontram vencidos, somente serão recontratados quando do retorno do projeto com um novo epcista. Já o seguro garantia "Valor Adicional" poderá ser recontratado em uma eventual necessidade quando do retorno das obras, justamente por se tratar de um seguro referente a um aporte adicional por parte do contratante (PCH Senhora do Porto).

17. LICENÇAS DE INSTALAÇÃO E SUSPENSÃO DAS OBRAS

Em 04 de abril de 2014, houve uma paralisação das obras da PCH Senhora do Porto devido a uma liminar concedida a pedido do Ministério Público, questionando a validade do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinados no ano de 2013. Essa liminar foi cassada em 12 de abril de 2014, quando se deu o retorno das obras.

Em 15 de abril de 2014, foi obtida a Licença de Instalação Corretiva (LIC) da PCH Senhora do Porto.

O pedido para obtenção da Licença de Operação (LO) para a PCH Senhora do Porto foi solicitado em 02 de julho de 2014.

Em função dos atrasos do cronograma de implantação acarretados pela rescisão do contrato com o antigo contratado, a necessidade para obtenção da Licença de Operação (LO) foi postergada e será obtida visando atender o marco formalizado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Todas as condicionantes já foram cumpridas e por dificuldades internos e morosidade do órgão ambiental, a LIC da PCH Senhora do Porto venceu e foi substituída por uma declaração de conformidade ambiental emitida pelo próprio órgão licenciador. Aguarda-se ainda a emissão da Licença de Operação (LO) pelo órgão ambiental.

18. CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA

A Guanhães Energia realizou, em 19 de dezembro de 2012, um leilão de venda de Energia Elétrica Incentivada, com 50% (cinquenta por cento) de desconto na TUSD (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição), sendo vencedora, a CEMIG Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT), acionista da Guanhães Energia. Em 28 de dezembro de 2012, foi firmado contrato de compra e venda entre as partes.

Em 27 de março de 2014, foi firmado o 1º Termo Aditivo ao contrato de compra e venda, com as seguintes alterações:

a) O Contrato teve sua eficácia alterada a partir da assinatura do 1º Termo Aditivo ao contrato.

b) A apresentação dos documentos exigidos na cláusula segunda do contrato deverá ocorrer até o dia anterior ao início do fornecimento de energia, para comprovar a viabilidade da fonte geradora de energia elétrica.

Devido à transferência da titularidade da Guanhães Energia para a Companhia, foi firmado em 06 de junho de 2014 um Termo de Cessão, transferindo da Cedente Guanhães Energia para a cessionária PCH Senhora do Porto os direitos e as obrigações do contrato.

No dia 14 de janeiro de 2015, foi assinado um Primeiro Termo Aditivo com a CEMIG-GT ao contrato (Termo de Cessão) cedido para a PCH Senhora do Porto S.A., que ajustou as datas previstas para o início da entrega da energia.

As partes em 22 de dezembro de 2015 formalizaram um Segundo Termo Aditivo ao Contrato (Termo de Cessão), ajustando novamente as datas previstas para o início da entrega da energia.

E novamente em 28 de dezembro de 2015 as partes formalizaram um Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada, antecipando o término do contrato de 31 de maio de 2030 para 31 de dezembro de 2017. Conforme tabela abaixo: